

# OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-2005<sup>1</sup>

Otávio Valentim Balsadi<sup>2</sup>

## 1 - INTRODUÇÃO

Apesar de a literatura internacional tratar do tema do crescente engajamento dos residentes rurais em atividades não agrícolas desde o final dos anos 1970<sup>3</sup>, no Brasil essa discussão começou a ganhar corpo, dentro de uma linha de pesquisa sistemática e de âmbito nacional, apenas no início dos anos 1990.

Desde então, inúmeros estudos foram realizados, com grande destaque para aqueles contidos no Projeto Rurbano<sup>4</sup>, com o intuito de mostrar que o rural brasileiro não pode mais ser entendido como o espaço onde são desenvolvidas apenas as tradicionais atividades agrícolas e pecuárias. A profunda transformação da estrutura de ocupação da população rural, com o forte crescimento das atividades não agrícolas, consolidou um quadro de grande heterogeneidade das famílias rurais, cujas estratégias cada vez mais incluem outras atividades econômicas juntamente com a agricultura. Essas mudanças trazem consigo a necessidade de um novo olhar para a realidade rural brasileira e de novos instrumentos para a elaboração das políticas de desenvolvimento rural (BALSADI, 2001).

Nesse contexto, o objetivo deste trabalho é fazer uma análise da população residente

no meio rural da Região Centro-Oeste no período 2001-2005, do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho não agrícola. Mais especificamente, serão abordados: distribuição da população rural economicamente ativa (PEA) entre os ramos de atividade agrícola e não agrícola; PEA rural não agrícola segundo as posições na ocupação; PEA rural não agrícola segundo os principais ramos de atividade da indústria, comércio e serviços; além das principais profissões nas quais a PEA rural não agrícola esteve ocupada nos primeiros anos do século XXI. Com isso, espera-se que este estudo possa trazer informações relevantes para o desenho das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável da região.

## 2 - PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A fonte dos dados primários utilizada para o estudo da PEA ocupada na Região Centro-Oeste é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo IBGE. Para as atividades selecionadas, os dados referem-se ao trabalho único ou principal que as pessoas de 10 anos ou mais de idade tinham na semana de referência da pesquisa, normalmente a última ou a penúltima do mês de setembro.

Por PEA ocupada entende-se o conjunto de pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte do período da semana de referência. Também fazem parte da PEA ocupada as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licenças, greves, entre outros (IBGE, 2004). Quanto à posição na ocupação, as definições da PNAD são as seguintes:

- **Empregador:** pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado.
- **Empregado:** pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercado-

<sup>1</sup>Versão anterior deste trabalho foi aprovada para apresentação no 3º Encontro da Rede de Estudos Rurais, realizado entre os dias 9 e 12 de setembro de 2008 em Campina Grande, Estado da Paraíba, Brasil. Registrado no CCTC, IE-74/2008.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Doutor, Pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) (e-mail: otavio.balsadi@embrapa.br).

<sup>3</sup>Ver, por exemplo, os trabalhos de Anderson; Leiserson (1980) e Klein (1992).

<sup>4</sup>O Projeto Rurbano é coordenado pelo Instituto de Economia da UNICAMP e envolve várias entidades de pesquisa nos estados brasileiros. Esse projeto temático procura discutir a relevância dos cortes rural/urbano e agrícola/não agrícola nas pesquisas sobre o meio rural, além de analisar a importância das atividades não agrícolas para a população residente em áreas rurais, por meio do processamento dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD).

rias, produtos ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc).

- Conta própria: pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado.
- Não remunerado: pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade familiar que era conta própria, empregador ou empregado na produção de bens primários. Nesta categoria também estão as pessoas que trabalhavam sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo.
- Trabalhador na produção para o próprio consumo: pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Neste estudo foi adotado o conceito de PEA rural restrita, excluindo-se as pessoas não remuneradas ocupadas durante menos de 15 horas na semana, bem como aquelas dedicadas exclusivamente às atividades de autoconsumo (DEL GROSSI, 1999; CAMPANHOLA; GRAZIANO DA SILVA, 2000).

Considera-se como ocupação rural não agrícola (ORNA) aquela que é exercida por pessoas residentes na área rural e ocupadas em atividades fora da agricultura, sejam essas desenvolvidas na área rural ou na urbana. Por isso, é necessário um alerta: o fato de as pessoas residirem no meio rural não significa que também exerçam suas atividades nessa área. Assim, um pedreiro ou uma empregada doméstica que declare residir no meio rural pode, perfeitamente, ter o seu local de trabalho no centro urbano próximo. Medir a evolução das ocupações não agrícolas (ORNA) a partir do local de residência pode levar à superestimativa da capacidade de geração de empregos no meio rural, no caso dos declarantes exercerem suas atividades no meio urbano. Porém, isso pode ser entendido também como uma função não agrícola do rural brasileiro: a de propiciar residência para importante contingente de pessoas. E isso vale tanto para o segmento das classes

urbanas de altas rendas, que buscam melhores condições de vida e lazer, como para aquelas famílias rurais que procuram outras ocupações como alternativa à falta de oportunidades de trabalho nas tradicionais atividades agropecuárias (DEL GROSSI, 1999).

Como situação urbana consideram-se os domicílios localizados nas áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas e sedes distritais e às áreas urbanas não urbanizadas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Esse critério também é utilizado pelo IBGE na classificação das populações urbana e rural. Tradicionalmente, no Brasil, a agregação oficial dos dados em urbano e rural segue o que é definido pelos próprios municípios em seus planos diretores.

A análise das ocupações não agrícolas da população rural do Centro-Oeste no período 2001-2005 será feita da seguinte forma: inicialmente, uma visão geral sobre a condição de ocupação das pessoas na região, em função do local de moradia e do ramo de atividade; em seguida, já com foco na PEA rural não agrícola, uma análise dos ocupados, segundo a posição na ocupação, para realçar o crescimento do emprego não agrícola formal; na sequência, serão abordados os ramos de atividade responsáveis pela ocupação dos residentes rurais; e, finalmente, apresentam-se as principais profissões dos residentes rurais ocupados em atividades não agrícolas, com o intuito de mostrar a grande heterogeneidade existente.

### 3 - ANÁLISE DOS RESULTADOS

A Região Centro-Oeste apresentou um índice de urbanização de 84,7%, em 2005, que foi ligeiramente inferior ao observado em 2001 (85,3%). Em consequência, 15,3% da população residia em áreas rurais (contra 14,7%, em 2001) (Tabela 1).

Entre os residentes urbanos, 6,2 milhões eram classificados como população economicamente ativa, em 2005 (taxa de crescimento de 2,8% ao ano no período 2001-2005). Destes, cerca de 5,6 milhões eram considerados ocupados (89,1%), enquanto 678 mil estavam procurando emprego (10,9%). Dos ocupados, a grande maioria estava no ramo de atividade não agrícola (93,7%) cuja taxa de crescimento no período foi de 2,9% ao ano. Os demais (6,3%)

TABELA 1 - Condição de Ocupação das Pessoas, Segundo a Situação do Domicílio e o Ramo de Atividade, Região Centro-Oeste, 2001-2005  
(em número de pessoas)

Situação do domicílio, condição e ramo de atividade	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento <sup>1</sup>
Urbano	11.333.461	11.661.125	11.742.723	11.975.421	12.149.899	1,7***
Economicamente ativa	5.572.729	5.758.246	5.819.998	6.075.532	6.232.560	2,8***
Ocupados	5.007.912	5.215.710	5.218.318	5.524.071	5.554.801	2,7***
Agrícola	333.201	371.729	359.070	345.253	349.266	0,2
Não agrícola	4.674.711	4.843.981	4.859.248	5.178.818	5.205.535	2,9***
Procurando emprego	564.817	542.536	601.680	551.461	677.759	3,9
Rural	1.954.286	1.895.937	2.084.881	2.124.752	2.198.165	3,6***
Economicamente ativa	893.637	893.318	921.964	961.489	1.026.932	3,6***
Ocupados	867.612	863.021	896.960	927.986	986.451	3,3***
Agrícola	612.096	613.005	623.509	640.792	665.727	2,1***
Não agrícola	255.516	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1***
Procurando emprego	26.025	30.297	25.004	33.503	40.481	10,3*

<sup>1</sup>Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. \*\*\*, \*\*, \* significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Fonte: IBGE (2004), tabulações especiais do Projeto Rurbano.

estavam ocupados nas atividades agrícolas e pecuárias. Vale dizer que, do total de ocupados na agropecuária do Centro-Oeste, em 2005, os residentes urbanos representavam 34,4% (contra 35,2%, em 2001).

Entre os residentes rurais, foco deste estudo, cerca de 1,0 milhão eram integrantes da PEA. Destes, 96,1% estavam ocupados e apenas 3,9% estavam procurando emprego na semana de referência da PNAD, em 2005. Para os ocupados, a situação era exatamente a inversa daquela observada para os residentes urbanos: 67,5% estavam ocupados em atividades agrícolas e pecuárias, ao passo que 32,5% estavam ocupados em atividades não agrícolas. Embora seja importante registrar que a taxa de crescimento anual dos ocupados não agrícolas (6,1%) foi bem superior àquela verificada para os ocupados agrícolas (2,1%) no período em questão.

Em 2001, a participação da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas era de 29,5% (contra 70,5% da ocupada em atividades da agropecuária). Ou seja, houve aumento nos primeiros anos do século XXI, de tal forma que, praticamente, de cada três residentes rurais ocupados, em 2005, dois estavam em atividades agrícolas e um estava em atividades não agrícolas.

### 3.1 - Aumento do Grau de Formalidade do Emprego

Em 2005, a PEA rural não agrícola apresentava a seguinte composição em termos de posição na ocupação: a grande maioria (72,8%) era empregado<sup>5</sup>; 19,0% eram conta própria; 4,7% eram membros não remunerados da família; e 3,5% eram empregadores (Tabela 2). Essa distribuição variou pouco no período analisado, pois, em 2001, os empregados representavam 73,3% do total da PEA rural não agrícola no Centro-Oeste brasileiro, os conta própria eram 20,2%, os não remunerados eram 3,5% e os empregadores eram 3,1%.

Pode-se observar que todas as categorias apresentaram crescimento no período 2001-2005, com destaque para os não remunerados (15,0% ao ano) e os empregados com registro em carteira (10,2% ao ano). Em relação ao aumento do grau de formalidade no mercado de trabalho assalariado não agrícola, vale salientar que, depois de passar a década de 1990 praticamente estagnado, este segmento registrou um comportamento mais positivo nos anos recentes,

<sup>5</sup>A PNAD não traz a abertura da categoria de empregados em permanentes e temporários quando se trata dos ramos de atividade não agrícola.

TABELA 2 - PEA Rural Não Agrícola Ocupada, Segundo a Posição na Ocupação, Região Centro-Oeste, 2001-2005

(em número de pessoas)

PEA não agrícola e posição na ocupação	2001	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento <sup>1</sup>
Não agrícola	255.516	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1***
Empregados (permanentes + temporários)	187.279	187.354	202.831	211.705	233.557	5,8***
Com registro	78.894	78.115	94.301	99.447	113.558	10,2***
Sem registro	108.385	109.239	108.530	112.258	119.999	2,3**
Conta própria	51.495	48.233	51.999	56.464	60.859	5,0**
Não remunerados	8.948	8.402	10.286	11.949	15.109	15,0***
Empregadores	7.794	6.027	8.335	7.076	11.199	9,3

<sup>1</sup>Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. \*\*\*, \*\*, \* significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Fonte: IBGE (2004), tabulações especiais do Projeto Rurbano.

principalmente com a maior participação dos empregados com carteira assinada. Esses dados reforçam o argumento de que após a desvalorização do real, no início de 1999, houve um movimento de recomposição do mercado formal de trabalho no Brasil, que se acentuou nos primeiros anos do século XXI (DEDECCA; ROSANDISKI, 2006; BALSADI, 2007).

Em 2005, 48,6% dos empregados com residência rural e ocupados em atividades não agrícolas tinham carteira de trabalho assinada (contra 42,1%, em 2001). Apesar de o setor informal ainda ser ligeiramente predominante (apresentou taxa de crescimento anual de 2,3%, quase cinco vezes menor que o setor formal), houve forte aproximação do setor formal no período recente, o que não deixa de ser um aspecto relevante do ponto de vista dos direitos trabalhistas dos empregados.

### 3.2 - Principais Ramos de Atividade

Antes da análise propriamente dita, é importante registrar uma observação: a partir de 2002, o IBGE fez uma revisão da Classificação Nacional das Atividades Econômicas (CNAE), que é a base para a definição dos ramos e setores de atividade, além das ocupações (profissões), nos quais as pessoas estão ocupadas. Com isso, houve alterações que implicaram o início de uma nova série histórica, compatível com as novas classificações. Por isso, os dados apresentados nas tabelas 3 e 4 cobrem apenas o período 2002-2005.

Em 2005, 74,9% da PEA rural não agrícola estava ocupada nos diversos ramos de atividade do comércio e serviços e 25,1% nos ramos industriais (Tabela 3). Em relação ao ano de 2002, pode-se observar que houve pequeno aumento da participação do comércio e serviços (era 72,6% naquele ano), em detrimento da indústria (participação de 27,4%, em 2001).

Entre os ramos de atividade do comércio e serviços, os crescimentos mais significativos foram observados para alojamento e alimentação (26,4% ao ano), administração pública (17,5% ao ano) e serviços domésticos (10,2% ao ano). É importante frisar que, mesmo sem significância estatística, todos os demais ramos de atividade também apresentaram desempenho positivo no período 2002-2005.

Os serviços domésticos concentraram a maior parte da PEA rural não agrícola da Região Centro-Oeste: 33,8% do total (ou cerca de 81 mil pessoas), em 2005, e 33,6%, em 2002. Na seqüência, aparecem os ramos de comércio e reparação e educação, saúde e serviços sociais, com participações de 21,1% e 13,7%, respectivamente, em 2005. Ainda com participações expressivas, podem ser citados os ramos de administração pública (10,4%, em 2005) e de alojamento e alimentação (10,4%, em 2005).

Nos ramos industriais, o crescimento mais significativo foi o da indústria de transformação (agroindústrias incluídas), com taxa anual de crescimento de 7,1%. Em 2005, esse ramo de atividade não agrícola ocupou cerca de 50 mil pessoas (ou 62,1% do total da PEA rural não

TABELA 3 - PEA Rural Ocupada, Segundo Ramos de Atividade Agrícola e Não Agrícola, Região Centro-Oeste, 2002-2005

(em número de pessoas)

Ramos de atividade	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento <sup>1</sup>
Agrícola	613.005	623.509	640.792	665.727	2,8***
Não agrícola	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1***
Indústria	68.582	73.518	67.489	80.452	4,0
Outras atividades industriais	6.865	4.377	1.380	3.396	-20,9
Indústria de transformação	39.312	46.965	45.652	49.954	7,1*
Indústria da construção	22.405	22.176	20.457	27.102	5,0
Comércio e serviços	181.434	199.933	219.705	240.272	9,8***
Comércio e reparação	41.182	31.136	37.595	50.772	8,5
Alojamento e alimentação	11.036	15.825	17.886	23.112	26,4***
Transporte, armazenagem e comunicação	7.663	12.484	10.829	10.264	7,6
Administração pública	14.636	18.661	18.852	24.973	17,5***
Educação, saúde e serviços sociais	31.246	36.331	35.265	32.866	1,2
Serviços domésticos	60.880	65.906	73.295	81.142	10,2***
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	8.764	9.771	14.097	8.876	4,1
Outras atividades	6.027	9.819	11.668	8.267	11,9

<sup>1</sup>Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. \*\*\*, \*\*, \* significam, respectivamente, significância a 5%, 10% e 20%.

Fonte: IBGE (2004), tabulações especiais do Projeto Rurbano.

agrícola ocupada na indústria do Centro-Oeste brasileiro). O outro destaque no ramo industrial é a construção civil, que apresentou taxa de crescimento de 5,0% ao ano (não significativa estatisticamente) no período em questão e, em 2005, ocupou 27 mil pessoas (33,7% do total da PEA rural não agrícola ocupada na indústria).

### 3.3 - Principais Profissões

É interessante observar a grande diversidade de ocupações (profissões) não agrícolas nas quais a PEA rural tem conseguido se ocupar, muitas delas sem nenhum vínculo direto com a produção agropecuária (Tabela 4).

No entanto, apesar da diversidade apontada, algumas profissões concentram a maior parte da PEA rural do Centro-Oeste. Em 2005, 23,6% do total de ocupados (ou quase 60 mil pessoas) eram trabalhadores dos serviços domésticos em geral. Essa categoria apresentou taxa de crescimento anual de 9,7% no período 2002-2005.

Acrescentando mais quatro profissões (vendedores e demonstradores em lojas ou mercados; garçons, *barman* e copeiros; cozinheiros;

e trabalhadores de estruturas de alvenaria), é possível perceber que este subconjunto foi responsável por 42,6% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas, em 2005 (Tabela 4).

Os diferentes graus de exigência de escolaridade e qualificação profissional presentes nesse emaranhado de profissões abrem possibilidades de inserção para a grande diversidade de trabalhadores com residência rural<sup>6</sup>. Com isso, notam-se as dinâmicas socio-econômicas responsáveis pelo crescimento das ocupações não-agrícolas da população residente no meio rural. Essas dinâmicas referem-se:

- às atividades econômicas diretamente vinculadas à agricultura, fornecendo bens e serviços que servem como insumos da produção e, também, processando, comercializando e transportando os produtos agropecuários;

<sup>6</sup> Um desdobramento posterior deste estudo poderia ser a análise comparativa da qualidade do emprego dos residentes rurais ocupados em atividades agropecuárias *vis-à-vis* os ocupados em atividades não agrícolas, de forma a aprofundar-se a discussão sobre as possíveis melhorias nas condições de trabalho e de vida das pessoas que se ocupam nas diversas atividades dos ramos industrial e de comércio e serviços no Centro-Oeste brasileiro.

TABELA 4 - PEA Rural Não Agrícola Ocupada, Segundo as Principais Profissões, Região Centro-Oeste, 2002-2005

Principais profissões	(em número de pessoas)				(continua)
	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento <sup>1</sup>
Trabalhadores dos serviços domésticos em geral	57.020	61.437	65.981	75.723	9,7***
Vendedores e demonstradores em lojas ou mercados	17.617	16.714	17.569	24.788	11,3
Garçons, <i>barman</i> e copeiros	6.185	6.739	11.381	14.563	36,2***
Cozinheiros	9.995	10.644	12.404	13.056	10,0***
Trabalhadores de estruturas de alvenaria	6.771	10.925	4.385	8.500	-2,3
Trabalhadores nos serviços de manutenção e conservação de edifícios e logradouros	9.521	5.977	8.115	7.878	-2,6
Ajudantes de obras civis	5.742	7.646	6.584	7.721	7,7
Gerentes de produção e operações	5.122	4.322	4.545	7.447	12,4
Professores (com formação de nível médio) no ensino fundamental	7.092	9.819	6.122	6.610	-6,6
Vendedores ambulantes	7.222	5.386	4.454	5.811	-8,1
Agentes da saúde e do meio ambiente	6.176	7.335	6.370	5.798	-3,3
Escriturários em geral, agentes, assistentes e auxiliares administrativos	1.697	-	4.203	5.628	-
Condutores de veículos sobre rodas (distribuidor de mercadorias)	-	6.329	2.708	5.357	-
Extrativistas florestais	-	3.506	3.195	5.124	-
Outros trabalhadores dos serviços	2.495	4.216	6.234	4.400	23,3
Trabalhadores artesanais de materiais de construção	5.300	5.654	3.311	4.383	-10,5
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 5ª. - 8ª. séries do ensino fundamental	2.183	2.365	3.939	4.340	29,3***
Supervisores da construção civil	6.423	-	5.672	3.947	-
Trabalhadores da pasteurização do leite, fabricação de laticínios e afins (inclusive artesanais)	2.291	1.889	-	3.291	-
Dirigentes de empresas - empregadores com mais de 5 empregados	-	-	1.878	2.971	-
Guardas e vigias	5.818	2.954	5.580	2.709	-15,3
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral de 1ª. - 4ª. séries do ensino fundamental	-	2.049	1.632	2.469	-
Secretários de expediente e estenógrafos	2.238	3.338	1.708	2.458	-3,8
Atendentes de creche e acompanhantes de idosos	1.448	-	2.568	2.450	-
Padeiros, confeitadores e afins e operadores na fabricação de pães, massas e doces	-	-	-	2.446	-
Operadores de máquinas de desdobramento de madeiras	4.292	6.677	3.630	2.295	-22,0
Trabalhadores de montagem de estruturas de madeira, metal e compósitos (obras civis e afins)	-	-	-	2.294	-
Condutores de veículos sobre rodas (transporte particular)	2.315	2.658	-	2.204	-
Tintureiros, lavadores e afins, à máquina e à mão	-	-	2.915	2.159	-
Trabalhadores de embalagem e de etiquetagem	-	-	-	2.147	-
Trabalhadores nos serviços de higiene e embelezamento	-	3.082	3.532	2.125	-
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio	-	-	-	2.078	-

<sup>1</sup>Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. \*\*\* significância de 5%.

Fonte: IBGE (2004), tabulações especiais do Projeto Rurbano.

TABELA 4 - PEA Rural Não Agrícola Ocupada, Segundo as Principais Profissões, Região Centro-Oeste, 2002-2005

Principais profissões	(em número de pessoas)				(conclusão)
	2002	2003	2004	2005	Taxa de crescimento <sup>1</sup>
Professores (com formação de nível superior) de disciplinas da educação geral do ensino médio	-	-	-	2.078	-
Operadores de máquinas de costura de roupas	-	2.252	-	1.997	-
Trabalhadores artesanais da tecelagem	2.250	3.742	3.230	1.918	-6,1
Dirigentes das áreas de apoio da administração pública	-	-	-	1.806	-
Trabalhadores nos serviços de administração de edifícios	-	2.144	-	1.805	-
Escriturários de apoio à produção	-	-	-	1.753	-
Condutores de veículos sobre rodas (transporte coletivo)	-	-	1.711	1.752	-
Condutores e operadores polivalentes	-	1.515	3.121	1.730	-
Moleiros	-	4.332	2.928	1.551	-
Cabos e soldados da polícia militar	-	1.411	-	-	-
Gerentes de áreas de apoio	-	2.266	-	-	-
Desenhistas industriais ( <i>designer</i> ), escultores, pintores e afins	-	-	1.612	-	-
Professores leigos na educação infantil e no ensino fundamental	3.804	2.760	2.839	-	-
Contínuos	-	1.323	-	-	-
Vendedores em quiosques e barracas	1.897	-	-	-	-
Garimpeiros e operadores de salinas	-	1.616	-	-	-
Operadores de máquinas de costuras - acabamento de roupas	-	-	2.370	-	-
Marceneiros e afins	-	2.262	-	-	-
Trabalhadores de cargas e descargas de mercadorias	2.864	2.075	1.910	-	-
Magarefes e afins	-	-	2.613	-	-
Mecânicos de manutenção de veículos automotores	1.720	2.178	2.268	-	-
Subtotal	187.498	221.537	225.217	259.482	11,4***
Total	250.016	273.451	287.194	320.724	6,1***

<sup>1</sup>Taxa de crescimento ao ano, medida por modelo log-linear contra o tempo. \*\*\* significância a 5%.

Fonte: IBGE (2004), tabulações especiais do Projeto Rurbano.

- às ocupações geradas pelo consumo da população rural, incluindo tanto os bens e serviços de consumo como os serviços auxiliares para o consumo de bens urbanos (transporte, comércio, etc.);
- ao “excedente” da mão-de-obra rural, que busca ocupações não agrícolas no próprio meio rural, ou urbano, principalmente na prestação de serviços, sem abandonar a unidade familiar;
- à demanda por bens e serviços não vinculados diretamente à produção agropecuária, como o artesanato, o lazer e o turismo rural;
- expansão dos serviços públicos para as zonas rurais;
- à demanda por terras para uso não agrícola por parte das (agro) indústrias e empresas prestadoras de serviços;
- à demanda da população urbana de baixa renda por terrenos para autoconstrução de suas

moradias em áreas rurais situadas nas proximidades das cidades e que possuem infraestrutura mínima de transportes e serviços públicos;

- à demanda da população urbana de alta renda por áreas de segunda residência, bem como pelos serviços relacionados a elas.

As referidas dinâmicas distinguem-se quanto às atividades diretamente envolvidas, ao deslocamento espacial das pessoas, ao caráter das iniciativas (imobiliárias, agropecuárias, serviços, comerciais ou industriais) e ao tipo de produtos e serviços de consumo corrente transacionados no meio rural. Essas dinâmicas relacionam-se aos amplos processos de industrialização da agricultura e reajuste do setor industrial, bem como à mudança do padrão de consumo da população (urbana e rural), os quais, no conjunto, vêm alterando a estrutura ocupacional do meio

rural (GRAZIANO DA SILVA; DEL GROSSI, 1999).

#### 4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou avançar e contribuir com as pesquisas sobre o engajamento das pessoas residentes no meio rural nas atividades não agrícolas, analisando, com mais detalhes, a Região Centro-Oeste brasileira no período 2001-2005.

Os principais resultados mostraram que a PEA rural não agrícola registrou crescimento de 6,1% ao ano no período 2001-2005, sendo que neste último ano ela representava 32,5% da PEA rural total ocupada. Em sua grande maioria eram empregados (72,8%, em 2005), que tiveram grande crescimento do trabalho formal (de 42,1% para 48,6% no período analisado). Dos ramos de atividade não agrícola, destaque para: serviços domésticos; comércio e reparação; indústria de transformação; educação, saúde e serviços sociais; e indústria da construção. Em 2005, esse conjunto de atividade respondeu por 75,4% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas.

Para o desenho das políticas de desenvolvimento rural sustentável, a partir das informações tratadas neste estudo, ficam alguns subsídios importantes:

- Em relação à formulação de políticas de geração de emprego e renda para a população residente no meio rural: o fomento às atividades não agrícolas pode ter um efeito muito positivo em termos de melhoria da qualidade do empre-

go e, por conseguinte, das condições de vida dos trabalhadores, dependendo das atividades envolvidas.

- Quanto à questão de gênero: no fomento às atividades não agrícolas, a principal reorientação seria no sentido de propiciar novas alternativas para as mulheres empregadas nos serviços domésticos, grupo de ocupações com condições de trabalho, em geral, muito precárias.
- Do ponto de vista da formação de mão-de-obra, visando uma maior adesão às demandas do mercado de trabalho, é preciso ter em mente que o rural está demandando novos profissionais para novas áreas (indústria de transformação, turismo rural, artesanato, prestação de serviços não domésticos, algumas áreas do setor público, entre outras).
- Em um contexto em que o rural deixou de ser sinônimo de agrícola e passou a abrigar uma gama de outras atividades e novas funções, as políticas públicas precisam garantir boas condições de trabalho para todos os trabalhadores, agrícolas e não agrícolas. As atividades não agrícolas devem ser estimuladas porque têm se mostrado uma alternativa importante para os desempregados agrícolas residentes no meio rural, além de constituírem-se em um forte elemento dinamizador da economia rural.
- As políticas de fomento de atividades rurais não agrícolas devem considerar as diferentes dinâmicas que impulsionam a geração de novas ocupações no meio rural, bem como os diversos estágios de desenvolvimento econômico, em geral, e da agricultura, em particular, nos diferentes municípios e estados da região.

#### LITERATURA CITADA

ANDERSON, D.; LEISERSON, M. Rural nonfarm employment in developing countries. **Economic Development and Cultural Change**, v. 28, n. 2, jan. 1980.

BALSADI, O. V. **O mercado de trabalho assalariado na agricultura brasileira no período 1992-2004 e suas diferenciações regionais**. 2007. Tese (Doutorado em Economia Aplicada)-Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_. O novo rural paulista: evolução e perspectivas. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 81-103, out. 2001.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro: uma análise nacional e regional**. Jaguariúna, SP: EMBRAPA, 2000. v. 1.

DEDECCA, C. S.; ROSANDISKI, E. N. **Recuperação econômica e a geração de empregos formais**. Campinas: UNICAMP/IE, 2006. 20 p. Mimeografado.

DEL GROSSI, M. E. **Evolução das ocupações não agrícolas no meio rural brasileiro: 1981–1995**. 1999. Tese (Doutorado em Economia) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

GRAZIANO DA SILVA, J.; DEL GROSSI, M. E. **Ocupação e renda nas famílias agrícolas e rurais no Brasil, 1992-97**. Campinas: UNICAMP/IE, 1999. (Projeto Rurbano). Mimeografado.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios**. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. v. 25.

KLEIN, E. El empleo no agrícola en America Latina. **Prealc-OIT**, Santiago (Chile), n. 364, ago. 1992.

### **OCUPAÇÕES NÃO AGRÍCOLAS DA POPULAÇÃO RURAL NO CENTRO-OESTE BRASILEIRO NO PERÍODO 2001-2005**

**RESUMO:** Este trabalho analisou a população residente no meio rural da Região Centro-Oeste no período 2001-2005, do ponto de vista de sua inserção no mercado de trabalho não agrícola. Com base em tabulações especiais dos microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) foram feitas análises específicas da distribuição da população rural economicamente ativa entre os ramos de atividade agrícola e não agrícola, além da distribuição da PEA rural não agrícola segundo as posições na ocupação, os principais ramos de atividade da indústria, comércio e serviços, e as principais profissões nos primeiros anos do século XXI. Os resultados mostraram que a PEA rural não agrícola teve crescimento de 6,1% ao ano no período 2001-2005, sendo que no último ano ela representava 32,5% da PEA rural total ocupada. Em sua grande maioria eram empregados (72,8%, em 2005), que tiveram grande crescimento do trabalho formal (de 42,1% para 48,6% no período analisado). Entre os ramos de atividade, o estudo mostrou que: serviços domésticos; comércio e reparação; indústria de transformação; educação, saúde e serviços sociais; e indústria da construção responderam por 75,4% do total da PEA rural ocupada em atividades não agrícolas, em 2005.

**Palavras-chave:** mercado de trabalho, PEA rural, atividades não agrícolas.

### **NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES IN RURAL HOUSEHOLDS IN WEST CENTRAL BRAZIL OVER 2001-2005**

**ABSTRACT:** This paper analyzes the rural resident population of Brazil's West Central Region over the 2001-2005 period, from the point of view of their insertion in the non-agricultural labor market. Based on special tabulations of the PNAD - National Household Sample Survey's micro data for the period, this study analyzed the distribution of the economically-active rural population (rural PEA) among the agricultural and non-agricultural activities' segments, besides the distribution of the non-agricultural rural PEA by the occupation positions, by the main segments of industry, commerce and services activities, and by the main professions in the first years of the 21st century. The results showed that the non-agricultural rural PEA grew by 6.1% per year over 2001-2005, representing 32.5% of the total rural PEA occupied in 2005. The great majority (72.8%) were employees in 2005, and formal work presented a great increase (from 42.1% to 48.6% in the analyzed period). Among the non-agricultural activities, the study showed that: domestic services; commerce and repair services; processing industry; education, health and social services; and construction industry amounted to 75.4% of the total occupations of rural PEA in 2005.

**Key-words:** labor market, rural PEA, non-agricultural activities, Brazil.

Recebido em 02/07/2008. Liberado para publicação em 17/07/2008.

*Informações Econômicas, SP, v.38, n.11, nov. 2008.*